

Plano Geral de Atuação

2024-2025

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO CEARÁ



Sumário

Apresentação // 3

Metodologia // 5

Plano de Atuação // 7

Identidade Organizacional // 9

Estratégias // 10

Mapa Estratégico // 10

Matriz de Projetos, Metas e Indicadores // 11

Indicadores // 18

Sistemática de Acompanhamento // 20

Apresentação

A Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará elabora o Plano de Atuação como instrumento dúplice de gestão administrativa e de atendimento aos princípios constitucionais da administração pública, em especial aos princípios da legalidade, moralidade, eficiência, publicidade e impessoalidade.

O Plano de Geral de Atuação 2024-2025 vem aliado com as disposições trazidas pela Emenda Constitucional Estadual no 80 de 10 de abril de 2014 e pela Emenda Constitucional Federal no 80 de 4 de junho de 2014.

Enquanto a Emenda Constitucional Estadual no 80/2014 assegurou a autonomia plena da Defensoria Pública do Estado (em particular dispondo sob a iniciativa de leis da instituição e de sua autonomia financeira), a Emenda Constitucional Federal no 80/2014 trouxe a obrigação do Poder Estatal, no prazo de 8 (oito) anos, contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais.

Os marcos legais retromencionados impõem, portanto, uma obrigação constitucional de expansão dos serviços de atendimento da Defensoria Pública do Estado do Ceará (a qual reflete-se diretamente no planejamento ora apresentado), sendo este o principal desafio do biênio que se inicia.

O presente Plano de Geral de Atuação também se encontra aliado com o Plano de Gestão apresentado pela Defensoria Pública Geral do Estado por ocasião de seu processo de escolha; este último, por sua vez, construído de forma transparente, democrática e participativa com os demais membros da carreira de defensor público, com a sociedade e com a ouvidoria externa na instituição.

O Plano de Atuação 2024-2025 mantém como ferramenta de gestão estratégica a metodologia dos “Indicadores Balanceados de Desempenho” (“Balanced Scorecard” - BSC), revisando-se tão somente, e face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública, a terminologia utilizada para as 4 (quatro) perspectivas organizacionais trazidas pelo BSC:

a) A Perspectiva dos Clientes, estes últimos entendidos como o coletivo de usuários da Defensoria Pública, a sociedade e as relações institucionais destes com a instituição,

b) A Perspectiva dos Processos Internos, estes relacionados a ótica de estruturação plena da instituição,

c) A Perspectiva do Aprendizado e Crescimento, ou seja, o próprio desenvolvimento institucional da Defensoria Pública,

d) A Perspectiva Financeira, densificada nas questões orçamentárias próprias.

As perspectivas listadas conduziram a elaboração de 12 (doze) estratégias associadas, que se desdobraram em 65 (sessenta e cinco) ações ou projetos; todas devidamente apresentadas do Mapa Estratégico e detalhadas na Matriz de Projetos, Metas e Indicadores com seus respectivos Plano de Ação.

Metodologia

Dentro dos princípios da continuidade administrativa, da impessoalidade e da eficiência manteve-se como ferramenta de gestão estratégica a metodologia dos “Indicadores Balanceados de Desempenho” (“Balanced Scorecard” - BSC).

O BSC, foi desenvolvido em 1992 pelos professores da Harvard Business School (HBS) Robert Kaplan e David Norton e desdobra os objetivos estratégicos, a visão e a missão da organização em indicadores de desempenho para monitoramento estratégico.

O BSC é estruturado em perspectivas organizacionais que refletem o equilíbrio entre objetivos de curto e longo prazo, entre medidas financeiras e não-financeiras, entre indicadores de tendências e ocorrências, entre as perspectivas interna e externa de desempenho. Este conjunto abrangente de medidas serve de base para o sistema de medição e gestão estratégica por meio do qual o desempenho organizacional é mensurado de maneira equilibrada sob as quatro perspectivas.

Entretanto, e face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública, revisou-se parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo BSC, adotando-se as perspectivas:

- **Usuário e Sociedade (Perspectiva dos Clientes):** está intimamente ligada à visão da instituição e a forma com que esta desenvolve relações institucionais com seus usuários e a sociedade em geral. Sua proposta é monitorar a maneira pela qual a instituição entrega o serviço ao usuário e contribui para a sociedade, definindo indicadores de satisfação e trabalhando em cima dos resultados relacionados ao mesmo;
- **Estruturante (Perspectiva dos Processos Internos):** relaciona-se com a identificação de processos críticos para a realização dos objetivos das demais perspectivas. No presente planejamento foca-se nos processos necessários a plena estruturação dos serviços prestados, em especial a implementação(aperfeiçoamento) da autonomia, a expansão dos serviços prestados e o aprimoramento da eficiência das práticas administrativas adotadas;
- **Desenvolvimento Institucional (Perspectiva do Aprendizado e Crescimento):** consiste no desenvolvimento de objetivos e medidas para garantir o desenvolvimento institucional da

Defensoria Pública, em especial para o cumprimento da obrigação constitucional de ampliação do acesso à justiça. Liga-se diretamente ao investimento em recursos humanos, sistemas, equipamentos, infraestrutura e capacitação e formação profissional dos seus membros, servidores, colaboradores e estagiários;

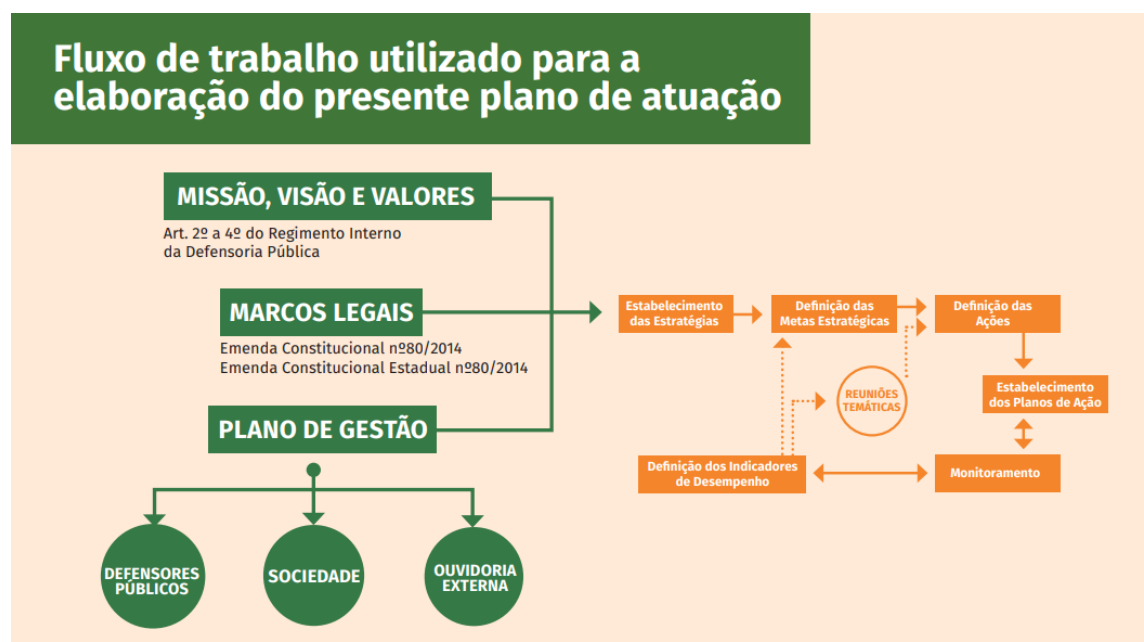
● **Orçamentária (Perspectiva Financeira):** prestigia tanto a aplicação eficiente e transparente dos recursos financeiros destinados a Defensoria Pública como o incremento das destinações orçamentárias à mesma, de forma a garantir o tratamento isonômico da Defensoria Pública em relação às demais instituições do Sistema de Justiça.

As perspectivas acima encontram-se inter-relacionadas, estabelecendo-se estratégias, ações e indicadores que assegurem o atingimento dos objetivos traçados.

Conforme orienta o BSC, as estratégias, ações e indicadores foram agrupados, em uma relação de causa e efeito com as perspectivas, em um Mapa Estratégico correlacionado com a Missão, Visão e Valores da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por fim detalha-se as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis em uma Matriz de Projetos, Metas e Indicadores.

Apresenta-se o fluxo de trabalho utilizado para a elaboração do presente plano de atuação.



O resultado final desenvolvido foi o conjunto de Estratégias, Metas, Ações ou Projetos, Planos de Ação e Indicadores que densificaram o presente Plano Geral de Atuação.

Plano de Atuação

O grande desafio para o presente Plano Geral de Atuação foi a compatibilização entre a Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará (esta definida e normatizada pelos artigos 2o a 4o do Regime Interno da Defensoria Pública do Estado do Ceará), os marcos legais constitucionais (os quais impõe um extenso rol de obrigações à instituição, em particular a expansão de seus serviços como forma de ampliação do acesso à justiça) e o Plano de Gestão construído pela Defensora Pública Geral do Estado por ocasião de seu processo de escolha em conjunto com os demais membros da carreira, sociedade civil e ouvidoria externa.

Em um primeiro momento cortejou-se os marcos legais constitucionais com a própria Identidade Organizacional da Instituição, verificando a necessidade ou não de alguma redefinição desta última face as novas obrigações constitucionais (em especial a autonomia plena e a necessidade de provimento de serviços a todas as unidades jurisdicionais).

Após verificar-se que a plena compatibilidade da atual Identidade Organizacional com as novas obrigações constitucionais, e em consonância com a mesma, o Plano de Gestão retromencionado foi utilizado para a concepção das Estratégias, Ações ou Projetos, Metas e Indicadores apresentadas no presente Plano Geral de Atuação.

Deste ponto insurgiu a necessidade de face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública bem como os novos desafios trazidos pelas Emendas Constitucionais citadas, revisar parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo modelo BSC.

As perspectivas assumirão então a seguinte estrutura:



Remodelando-se estas perspectivas organizacionais, as estratégias e metas foram desenvolvidas conforme as diretrizes essenciais do Plano de Gestão, gerando-se então o Mapa Estratégico da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por último, e para a concretização de cada estratégia, concebeu-se ações operacionais a esta associada. Cada ação, por sua vez, possui indicadores de desempenho, prazos de execução e responsáveis; sendo a mesma detalhada através de um plano de ação e o cronograma a este associado.

Identidade Organizacional

A Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará, definida nos artigos 2º a 4º de seu Regimento Interno, refletindo-se em três aspectos:

- 1. Missão:** é, em essência, o propósito da organização;
- 2. Visão:** é a direção ou caminho que a instituição pretende percorrer, ou ainda, é o local que a instituição pretende alcançar dentro da sociedade;
- 3. Valores:** são os princípios comportamentais que a instituição e os seus membros devem adotar no cotidiano de atuação.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	
Missão (art. 2º, RI DPGE)	Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz.
Visão (art. 3º, RI DPGE)	Consolidar-se como instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao sistema de justiça.
Valores (art. 4º, RI DPGE)	Legalidade, Impessoalidade e Moralidade: obedecer aos princípios constitucionais regentes da Administração Pública, notadamente ao que concerne ao zelo pelo interesse público, pela probidade e pela moralidade administrativas; Eficiência e Eficácia: prestar serviço em grau de excelência à população, buscando cumprir seus objetivos institucionais, de forma plena e efetiva; Transparência e Publicidade: praticar os atos com visibilidade, aprimorando os canais de comunicação; Cooperação: trabalhar em equipe, compartilhando responsabilidades e resultados; Ética: agir com integridade e higidez moral em todas as ações e relações institucionais; Responsabilidade Socioambiental: adotar padrões de responsabilidade socioambiental nas ações cotidianas; Inovação: permanente processo de reinvenção das rotinas de trabalho para otimizar os recursos disponíveis; Modernização: adotar modelos de gestão administrativos atuais para alcançar a missão institucional.

Estratégias

As estratégias concebidas para o biênio 2024-2025 além de orientarem a Defensoria Pública do Estado do Ceará no cumprimento de sua Missão, buscarão também direcionar a instituição para o cumprimento das obrigações constitucionais trazidas pelas emendas constitucionais já retromencionadas, em especial a implementação da plena autonomia e o amplo acesso à justiça.

Organizou-se as estratégias segundo interconexões de causa e efeito destas com a Missão e Visão da Defensoria Pública do Estado do Ceará, resultando ao final na confecção do Mapa Estratégico do presente plano.

Houve, em relação aos planejamentos anteriores, uma racionalização da quantidade de estratégias adotadas, gerando tanto uma maior eficiência no entendimento do planejamento como uma potencialização da sinergia entre as ações associadas.

Criou-se uma simbologia própria para cada estratégia, que refletiu-se na composição da Matriz de Ações, Metas e Indicadores, criando-se desta forma uma clara correlação entre a estratégia e a ação planejada.

Destaca-se ainda que, assim como nos demais biênios contemplados pelo plano de atuação, a Perspectiva Orçamentária (perspectiva financeira) consubstancia-se no pilar central para a execução do planejamento adotado; perpassando todas as demais perspectivas e sendo condição lógica básica das mesmas.

Apresenta-se a seguir o Mapa Estratégico concebido para o Plano de Atuação 2024-2025:

MISSÃO		VISÃO		
Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz		Consolidar-se como instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao Sistema de Justiça		
USUÁRIO E SOCIEDADE	US1	US2	US3	
	Atender com eficiência, eficácia e qualidade	Estimular a participação popular na gestão da instituição	Aprimorar a transparência administrativa	
ESTRUTURANTE	ES1	ES2	ES3	
	Desenvolver estruturas próprias ao exercício da autonomia financeira e administrativa	Ampliar as estruturas das unidades localizadas no interior	Incrementar o parque tecnológico e os sistemas legados	
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	DI1	DI2	DI3	
	Expandir a presença da DPGE nas unidades Jurídicas	Fomentar a capacitação contínua de membros e colaboradores	Dinamizar a comunicação interna	
ORÇAMENTÁRIA	OR1	OR2	OR3	
	Utilizar de forma eficiente os recursos alocados	Exercitar a autonomia financeira na gestão e elaboração do Orçamento	Desonerar o custeio da instituição oriundo de fonte própria	

Matriz de Projetos, Metas e Indicadores

Do Mapa Estratégico montado extraiu-se os 65 (sessenta e cinco) Ações ou Projetos que implementarão as estratégias concebidas. Frisa-se que muitas ações ou projetos tem caráter transversal, ou seja, sua realização impacta uma ou mais das estratégias elaboradas.

Por sua vez cada Ação ou Projeto encontra-se associado a um Plano de Ação, o qual detalha as etapas e atividades a serem desenvolvidas, as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis pela ação. Por fim o conjunto destas informações é utilizado no monitoramento do Plano de Atuação.

Destaca-se ainda a racionalização dos indicadores de desempenho, os quais foram agrupados em categorias segundo a forma de cálculo dos mesmos; procedimento este que geram uma melhor compreensão do seu funcionamento e, portanto, otimizando os processos de monitoramento.

Ademais, e considerando a transversalidade das Ações ou Projetos com as Estratégias, criou-se indicadores de desempenho para cada Estratégia considerando-se a intensidade do impacto de cada Ação ou Projeto para a estratégia considerada.

Por fim criou-se um indicativo de desempenho para cada perspectiva considerada no Plano de Atuação, este resultante na média dos indicadores de desempenho das Estratégias associadas a cada perspectiva.

Enumera-se as ações ou projetos concebidas:

	AÇÃO/PROJETO	RESP.	ÍND	META	PRAZO	EST
01	Concluir o projeto de virtualização dos processos administrativos	ADINS	IEC	Efetivar a utilização de Sistema de Virtualização do Processos Administrativos	NOV-24	OR1 US3 US1
02	Aperfeiçoar o sistema de Folha de Pagamento	ADINS	IEC	Implantar melhorias no sistema de Folha de Pagamento	OUT-25	ES1 OR2
03	Adequar os sistemas da Defensoria a LGPD	ADINS	IEC	Adotar as melhorias sugeridas por empresa especializada	SET-25	ES3

04	Unificar os Sistemas Integra e Nossa Defensoria	ADINS	IEC	Implantar novo Sistema de Integração na Defensoria	JUL-25	DI3 ES3 US3
05	Fomentar a gestão dos colaboradores da Defensoria	ADINS	ICO	Implantar Sistema de Gestão de Colaboradores	SET-24	ES3 ORI
06	Adoção de nova Carteira Funcional Digital para os Denfensores(as)	ADINS	ICO	Disponibilizar nova Carteira Funcional Digital para os Denfensores(as)	AGO-24	US1 ES1
07	Implementação de arquivo único e guarda dos processos legados da Defensoria	SEXEC	IEC	Implantar novo Arquivo e guardar dos processos físicos	NOV-25	ORI US1
08	Implementação do Relatório Automatizado dos Estagiários	ADINS	ICO	Implantar o Relatório Automatizado dos Estagiários	JUN-24	ES1 ES3 US3
09	Ampliar a figura do mediador comunitário para fomento da política de solução extrajudicial de conflitos com a participação direta da comunidade;	ARINS	IPE	Aumentar o quantitativo de mediadores comunitários	OUT-25	US2 US1
10	Propor a criação do Grupo de Trabalho para Defesa das Populações Tradicionais	ARINS	IEC	Implantar o Grupo de Trabalho para Defesa das Populações Tradicionais	AGO-25	US2 US1
11	Contribuir para a ação interiorizada da Ouvidoria Externa, com vistas a facilitar o diálogo da sociedade civil com a Defensoria Pública em todas as comarcas em que estiver instalada e sedimentar a importância de Instituição para a comunidade	ARINS	IEC	Fortalecer a Ouvidoria Externa em seu atendimento no interior do Estado	AGO-25	US2 US1
12	Fomentar a Capacitação para diversificar e ampliar a participação de defensores públicos em entrevistas, programas de televisão, rádio e outros meios de comunicação	ASCOM	ICO	Capacitação para os Defensores(as) em Comunicação Externa	JUN-25	DI2 DI3
13	Ampliar o número de novas sedes Defensoriais no interior do Estado do Ceará	ASPLAC	IEC	Implantar novas sedes no interior do Estado do Ceará	NOV-25	DI1
14	Ampliar e aprimorar a estrutura dos órgãos de atuação dos defensores do segundo grau	ASPLAC	IEC	Realizar melhorias na infraestrutura do Núcleo do 2º Grau	OUT-25	US1
15	Avançar na ampliação e modernização das sedes próprias da Defensoria	ASPLAC	IEC	Ampliar, modernizar e reformar os Núcleos da Defensoria	NOV-25	US1

16	1. Aproximar o Defensor Público do CONSUP, garantindo ampla e absoluta publicidade das deliberações e decisões	ASPLAC	IEC	Publicização das deliberações do CONSUP	SET-25	US3
17	Virtualização do Processos do CONSUP com possibilidade de acesso direto aos Defensores	ASPLAC	IEC	Efetivar a virtualização dos Processo do CONSUP em novo sistema de processo virtual	NOV-25	US3
18	Elaborar projetos para futuras instalações da Central de Atendimento dos Defensores Públicos	ASPLAC	ICO	Elaborar projetos arquitetônicos da Nova Central de Atendimento dos Defensores Públicos	AGO-25	ES2 DI1
19	Implantação de Econúcleos no Interior do Estado através de formalização de Convênios	ASPLAC	IEC	Inauguração de Econúcleos no Interior do Estado	NOV-25	DI1 ES2
20	Criação de setor para elaboração de Plantas e Memoriais Descritivos para subsidiar as Ações de Usucapião na Capital	ASPLAC	ICO	Implantar o setor para elaboração de Plantas e Memoriais Descritivos para subsidiar as Ações de Usucapião na Capital	SET-25	US1
21	Criar Laboratório de Inovação destinado à concepção e implantação de soluções inovadoras no âmbito da DPGE-CE	ASPRO	ICO	Implantar o Laboratório de Inovação	AGO-25	OR1 US1
22	Fomentar ações de sustentabilidade e de preservação do meio ambiente no âmbito interno da Defensoria Pública	ASPRO	IEC	Implantação de coleta seletiva ou utilização de energias renováveis na sede da Defensoria Pública do Estado do Ceará e/ou interlocução com cooperativa de catadores da região	SET-25	OR1
23	Ampliar o atendimento jurídico prestado para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes	ASPRO	ICO	Disponibilizar atendimento Defensorial no Escritório Popular da Juventude através de Convênio com a UFC e Secretaria da Juventude	MAI-25	US1 US2
24	Ampliar a atuação da Defensoria Pública no combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres na Capital e no Interior do Estado	ASPRO	IEC	Disponibilizar Defensor(a) nas novas Casas da Mulher Cearense e Brasileira	SET-25	US1 DI1

25	Aperfeiçoar e aumentar a assistência jurídica prestada pela Defensoria Pública à população em situação de rua	ASPRO	IEC	Realizar 06 atendimentos itinerantes na Capital e região metropolitana	NOV-25	DI1 US1
26	Monitorar e buscar editais abertos pelos governos federal, estadual e municipal para o financiamento de projetos, além de buscar a captação de recursos e o desenvolvimento de parcerias para melhorar a atuação defensorial e as condições das pessoas em situação de vulnerabilidade	ASPRO	IEC	Captar recursos convênios/parcerias com o Governo Municipal, Estadual e Federal	NOV-25	OR3 OR2
27	Ampliar a divulgação de ações, projetos, atuações e práticas exitosas realizados pelos Defensores Públicos da Capital e do Interior do Estado	ASPRO	IEC	Implantar ações de apoio em Projetos Inovadores na Defensoria Pública (Inscrições no INOVARE)	NOV-25	DI2
28	Ampliar a utilização do aplicativo de agendamento, desburocratizando e humanizando o acesso do assistido à Defensoria Pública, fazendo com que o assistido somente se desloque no dia já agendado para atendimento com o Defensor Público	ASREC	IPE	Aumentar o quantitativo de adesões ao uso do aplicativo	NOV-25	US1 ES3
29	Capacitação semestral da equipe do 129, identificando equívocos de informações e/ou encaminhamentos, evitando o deslocamento desnecessário do assistido.	ASREC	IEC	Realizar capacitações semestrais	NOV-25	DI2
30	Aumentar a quantidade de colaboradores na equipe do 129, promovendo a divulgação dos serviços da Defensoria Pública do Estado do Ceará, evitando o deslocamento desnecessário do assistido	ASREC	IEC	Contratar mais colaboradores para a equipe do 129	AGO-25	US1
31	Criação de "passo a passo", através do Direito Visual, a ser entregue para o assistido após a interposição da inicial, explicando como acompanhar o seu processo com o Defensor Público, contendo informações sobre as formas de agendamento e atendimento do núcleo da Defensoria Pública que será responsável para acompanhar o processo	ASREC	IEC	Aprimorar técnicas de informação de como o assistido possa acompanhar o seu processo após interposição inicial	AGO-25	US1

32	Aplicar a Linguagem Simples (movimento social e técnica de comunicação que torna o conteúdo acessível para o maior número de pessoas) e Direito Visual ("Visual law" – transformação da informação jurídica em algo mais acessível) no site da Defensoria Pública do Estado do Ceará, facilitando a compreensão da informação ao assistido	ASREC	IEC	Aplicação da Linguagem Simples e Direito Visual no Site da Defensoria Pública do Estado do Ceará e na indicação de documentação necessária para interposição de ações judiciais	JUN-25	ES3 US3
33	Aprimorar os mecanismos de escolha e acompanhamento das atividades cumulativas, a fim de evitar que sejam exercidas em prejuízo da atividade ordinária	CDC/CDI	ICO	Implantar nova metodologia de escolha e acompanhamento das atividades cumulativas	DEZ-24	OR1 DI1
34	Ampliar a atuação da Defensoria no interior com a abertura de Defensorias em novas Comarcas	CDC/CDI	IEC	Ampliar a interiorização da Defensoria Pública	NOV-25	DI1 US1
35	Criar fluxo de acompanhamento informatizado de projetos, reuniões e demais atividades da Coordenadoria das Defensorias do Interior	CDC/CDI	IEC	Implantar Sistema de Gestão de Atividades para o CDC/CDI	ABR-25	ES3 US3
36	Ampliar o Orçamento da Defensoria	DPGE	IEC	Aumentar os Orçamentos da Defensoria nos anos 2024 e 2025	DEZ-24	OR2
37	Fomentar a arrecadação do FAADEP	DPGE	IEC	Implantar o Setor de Arrecadação	JUL-25	OR1
38	Ampliar o quadro de apoio administrativo	DPGE	IEC	Aumentar o efetivo de profissionais contratados na área administrativa e aumentar disponibilidade de cargos comissionados para área administrativa	NOV-25	OR3 OR1
39	Realizar desoneração do FAADEP, com ampliação da transferência de despesas para o Tesouro	DPGE	ICO	Aumentar o orçamento de custeio da Defensoria na Fonte Tesouro	DEZ-24	OR2
40	Incluir na lei o pagamento de atividade cumulativa nas substituições automáticas	DPGE	IEC	Publicar alteração da Lei referente ao pagamento de atividade cumulativa nas substituições automáticas	NOV-25	US3 OR1

41	Implantar a Lei de Acervo de Produtividade	DPGE	IEC	Publicar a Lei para o Acervo de Produtividade	OUT-25	OR2
42	Nomear mais Defensores Públicos para o fortalecimento da interiorização da Defensoria Pública	DPGE	IEC	Nomear Defensores Públicos para lotação nos municípios do interior do Estado Ceará	NOV-25	DI1 US1
43	Atualizar constantemente o auxílio saúde para avançar ainda mais na política de atenção à saúde	DPGE	ICO	Atualizar o valor financeiro do Auxílio Saúde para Defensores/ Servidores	NOV-25	OR2
44	Ampliar e fortalecer a equipe psicossocial, sobretudo para os núcleos especializados	DPGE	IEC	Realizar a contratação de Psicólogas e Assistentes Sociais	FEV-25	US1 DI1
45	Aumentar o número de Assessores para o desenvolvimento das atividades defensorias	DPGE	IPE	Disponibilizar mais Assessores para o desenvolvimento das atividades defensorias	JUL-25	US1 DI1
46	Aumentar a quantidade dos Defensores Auxiliares especializados em Violência Doméstica familiar contra a mulher, Família e Crime no interior do Estado do Ceará	DPGE	IEC	Aumentar a quantidade dos auxiliares especializados em Família, Violência Doméstica familiar contra a mulher e Crime	NOV-25	DI1 US1
47	Ofertar mais serviços à população através da disponibilização de novas atividades Cumulativas	DPGE	IEC	Aumentar a quantidade de serviços disponíveis a população	NOV-25	DI1 US1

48	Avançar com a criação dos cargos de defensores de segundo grau para manter a correspondência constitucional	DPGE	ICO	Criar novos cargos de Defensor 2º Grau	DEZ-24	OR2
49	Avançar com a expansão do intercâmbio de projetos e experiências exitosas entre as defensorias públicas	ESDP	IEC	Implantar e disseminar banco de projetos exitosos	MAI-25	DI2 DI3
50	Regulamentar e criar grupos de trabalho para pesquisa e atuação coordenada, em casos de grande repercussão, principalmente, e em temáticas específicas que envolvam mais de um município	ESDP	IEC	Implantar grupo de trabalho para pesquisa e atuação coordenada.	ABR-25	US1
51	Consolidar os projetos de resgate histórico institucional, como o Memória Viva, e fomentar novos projetos para a conservação da história da Defensoria	ESDP	IEC	Consolidar os projetos de resgate histórico institucional	MAR-25	DI2 DI3
52	Desenvolver plataforma de jurimetria, com mapeamento das decisões judiciais e precedentes	ESDP	IEC	Implantar Plataforma de Jurimetria	AGO-25	ES3
53	Implantação do Comitê de Precedentes	ESDP	IEC	Implantar o Comitê de Precedentes	SET-25	US2
54	Disponibilizar nova estrutura dos Cursos de Formação	ESDP	IEC	Implantar a estrutura do Curso de Formação, estruturando metodologicamente o Curso de Preparação Inicial, a Formação Continuada e o Projeto Social	JUL-24	DI2
55	Realizar o Projeto Defensoras Populares parceria com o Ministério da Justiça e a UNILAB	ESDP	IEC	Implantar o Projeto Defensoras Populares	JUN-25	US2 DI1
56	Reestruturar o Concurso de Teses e/ou Práticas	ESDP	IEC	Implantar o Concurso de Teses e/ou Práticas, em anos alternados(Em 2024 e 2025)	NOV-25	DI2
57	Ampliar o Núcleo de Pesquisa	ESDP	IEC	Ampliar à atuação do Núcleo de Pesquisa e a repercussão prática dos resultados	DEZ-24	DI2
58	Realizar encontros Regionais Defensoriais	ESDP	IEC	Realizar 06 encontros Regionais Defensoriais	NOV-25	DI3 DI2
59	Ampliar o programa de estagiários de graduação e pós-graduação	NUEST	IPE	Aumentar o quantitativo de estagiários de graduação e pós-graduação	OUT-25	DI1

60	Elaborar o Projeto de Lei sobre a Regulamentação do Programa de Estágio não obrigatório de graduação e pós-graduação no âmbito da Defensoria Pública	NUEST	IEC	Envio de Projeto de Lei da Regulamentação do Programa de Estágio	SET-25	OR2
61	Ampliação de cursos de capacitação para os estagiários, sendo disponibilizados na plataforma EAD da Escola Superior	NUEST	IEC	Ampliar cursos na Plataforma EAD/ESDP	NOV-25	DI2
62	Implementação do Relatório Automatizado dos Estagiários	NUEST	IEC	Implantar o Relatório Automatizado dos Estagiários de Graduação e Pós-Graduação	MAR-25	ES3 US3
63	Desenvolver uma política interna que possibilite a garantia da segurança pessoal de defensores, colaboradores e estagiários, principalmente, em núcleos temáticos sensíveis da capital e do interior do estado	SEXEC	IEC	Implantar Política interna de Segurança Pessoal na Defensoria Pública	AGO-25	ES1
64	Fortalecer ainda mais a comunicação interna, alinhando fluxos com o objetivo de garantir maior eficiência;	SEXEC	IEC	Disponibilizar novo regimento dos Fluxos Administrativos	DEZ-24	DI3
65	Renovar a Frota de Veículos da Defensoria	SEXEC	IEC	Disponibilizar nova Frota de Veículos	SET-25	OR1

SIGLAS UTILIZADAS:

ADINS	Assessoria de Desenvolvimento Institucional
ARINS	Assessoria de Relacionamento Institucional
ASCOM	Assessoria de Comunicação
ASPLAC	Assessoria de Planejamento e Controle
CDC	Coordenadoria das Defensorias da Capital
CDI	Coordenadoria das Defensorias do Interior
COTIN	Coordenadoria de Tecnologia da Informação
DPGE	Defensor Público Geral do Estado
ESDP	Escola Superior da Defensoria Pública
ICO	Índice de Conclusão Objetiva
IEC	Índice de Etapa Concluída
IPE	Índice Percentual
NUEST	Núcleo de Estágio

Sistemática de Acompanhamento

Nenhum Plano de Atuação é completo sem uma sistemática de acompanhamento, ou seja, um monitoramento contínuo e periódico da execução das Ações ou Projetos e do atingimento de metas e resultados.

Este monitoramento contínuo, dentro da atual estrutura administrativa da Defensoria Pública do Estado do Ceará, é exercido pela Assessoria de Desenvolvimento Institucional (ADINS), órgão que também é responsável pela concepção do próprio Plano de Atuação em si.

A ADINS coordenará e conduzirá as seguintes ações de monitoramento:

- 1. Publicação de Balanços Quadrimestrais no sítio eletrônico da Defensoria Pública:** medida com a finalidade precípua de dar transparência às Ações ou Projetos conduzidos assim como comunicar aos usuários, sociedade e demais membros da Defensoria Pública o andamento do Plano de Atuação da instituição.
- 2. Reuniões Mensais de monitoramento:** reuniões com a presença dos responsáveis pelas Ações ou Projetos, onde estes devem relatar sucintamente a evolução do seu projeto;
- 3. Reuniões Quadrimestrais de tomadas de contas:** oportunidade em que as responsáveis pelas Ações e Projetos são confrontadas com os Planos de Ação destas bem como é verificado o cumprimento das metas, resultados esperados e indicadores de desempenho e tomadas as providências necessárias para o bom andamento da Ação ou Projeto;

As reuniões mensais iniciar-se-ão em março de 2024, enquanto a primeira tomada de contar se dará em abril de 2024 (oportunidade em que também será divulgado o primeiro balanço de planejamento).

Os Balanços Quadrimestrais do Plano de Atuação apresentarão os indicadores de desempenho de cada Ação ou Projeto, de cada Estratégia e de cada Perspectiva conforme as fórmulas já indicadas.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO CEARÁ